

foi debelada mais cedo do que era previsível, a pessoa adquiriu o saber necessário a uma gestão criteriosa e ordenada). Mas a reeleição já será *impugnável* se o administrador havia sido destituído há relativamente pouco tempo¹⁶⁸⁷ por causa de violação grave dos deveres respetivos – os votos a favor da eleição contrariam o dever de lealdade dos sócios, tornando a deliberação anulável (art. 58º, 1, al. a) ou al. b), consoante as circunstâncias)¹⁶⁸⁸.

¹⁶⁸⁷ Talvez seja razoável estabelecer como diretriz os cinco anos mencionados no art. 450º, 4.

¹⁶⁸⁸ V., em termos equivalentes, SCHNEIDER, *ob. cit.*, pp. 1610-1611, 1624.

ÍNDICE

NOTAS PRÉVIAS	5-13
ABREVIATURAS	15

PARTE II

CAPÍTULO I – NOÇÃO DE SOCIEDADE E FIGURAS AFINS	
1. Sociedade enquanto ato jurídico e enquanto entidade	21
2. Os elementos ou notas essenciais da noção genérica de sociedade	23
2.1. Sujeito ou agrupamento de sujeitos (sócios)	23
2.2. Substrato patrimonial	24
2.3. Objeto da sociedade	25
2.4. Fim da sociedade	31
2.5. Sujeição a perdas	37
2.6. Síntese	38
3. Sociedade e empresa	38
4. Sociedade e figuras (mais ou menos) afins	41
4.1. Cooperativas	41
4.2. ACEs e AEIE	48
4.3. Consórcios	51
4.4. Associações em participação	54
5. Notas específicas da noção de sociedade comercial	56
6. Sociedades civis simples e sociedades civis de tipo comercial	58

CAPÍTULO II – TIPOS DE SOCIEDADES COMERCIAIS

1. Para a compreensão da tipicidade societária	63
--	----

2. Caracterização geral dos tipos legais societários	64
2.1. Responsabilidade dos sócios perante a sociedade e perante os credores sociais	65
2.2. Estrutura organizatória	68
2.3. Transmissão de participações sociais	71
2.4. Número mínimo de sócios	74
2.5. Capital social	75
3. Tipos doutrinários societários	76
4. Taxatividade dos tipos legais de sociedades	81
5. Apontamento histórico	84

CAPÍTULO III - CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1. A constituição de sociedades como processo	93
2. Ato constituinte	101
2.1. Espécies. Sujeitos	101
2.2. Conteúdo	109
2.3. Regime das relações societárias anteriores à celebração do contrato de sociedade	122
2.4. Regime das relações internas depois da celebração do ato constituinte e antes do registo	125
2.5. Regime das relações das sociedades com terceiros depois da celebração do ato constituinte e antes do registo	127
3. Registo do ato constituinte	135
3.1. Aspectos da disciplina geral do registo	135
3.2. Efeitos do registo	137
4. Publicação do ato constituinte	141
5. Interpretação e integração dos estatutos	143
6. Invalididades do ato constituinte	146
6.1. Vícios do ato	146
6.2. Vícios parciais e invalidade do ato	149
6.3. Consequências da invalidade do ato	152
7. Acordos parassociais	154

CAPÍTULO IV - DA PERSONALIDADE E CAPACIDADE DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1. Aquisição da personalidade jurídica	159
--	-----

2. Sentido e limites da personalidade jurídica das sociedades comerciais	161
2.1. Questionando a importância da personalidade jurídica	161
2.2. Desconsideração da personalidade coletiva (e da subjetividade jurídica)	172
2.2.1. Quadro geral	172
2.2.2. Casos de imputação	175
2.2.3. Casos de responsabilidade	176
2.2.4. Notas finais	183
3. Capacidade jurídica das sociedades	183
3.1. Delimitação da capacidade pelo fim social	183
3.2. O objeto social não limita a capacidade	188
3.3. Liberalidades e garantias concedidas por sociedades a terceiros - o princípio da incapacidade e as exceções	192
4. Capacidade de exercício ou de agir das sociedades	201

CAPÍTULO V - DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

1. Noções introdutórias	203
1.1. Classificação dos direitos. Direitos especiais	203
1.2. Obrigações	212
1.3. Unidade da participação social	212
1.4. Partes, quotas, ações	215
1.5. Valores das participações	218
1.6. Divisíveis as partes e quotas, indivisíveis as ações	220
1.7. Unidade e pluralidade de participações	222
1.8. Modalidades de ações	223
2. Principais direitos e obrigações em que se desdobram as participações sociais	229
2.1. Direitos	229
2.1.1. Direito de quinhão nos lucros (remissão)	229
2.1.2. Direito de participar nas deliberações dos sócios	229
2.1.2.1. Noção e formas de deliberação	229
2.1.2.2. Participação plena nas deliberações. Direito de voto	234
2.1.2.3. Participação limitada	241
2.1.2.4. Representação voluntária de sócios	242
2.1.3. Direito à informação	244
2.1.3.1. Informação e direitos à informação	244
2.1.3.2. Administradores-sócios e direito à informação	252

2.1.3.3. Recusa de informação. Utilização ilícita de informação	254
2.1.4. Direito à designação para os órgãos sociais de administração e de fiscalização	258
2.2. Obrigações	258
2.2.1. Obrigação de entrada	258
2.2.1.1. Entradas possíveis	258
2.2.1.2. Avaliação de entradas. Aquisição de bens a acionistas	262
2.2.1.3. Valor das entradas e valor das participações	265
2.2.1.4. Tempo das entradas	265
2.2.1.5. Meios para o cumprimento de entradas diferidas	271
2.2.2. Obrigação de quinhão nas perdas (remissão)	274
2.2.3. Dever de atuação compatível com o interesse social ou/e dever de lealdade	275
2.2.3.1. Interesse social (interesses sociais)	275
2.2.3.1.1. Quadro geral	275
2.2.3.1.2. Inviabilidade de uma conceção unitária de interesse social	278
2.2.3.1.3. Interesse social e posição ou comportamento dos sócios	280
2.2.3.1.4. Interesse social e atuação dos administradores	282
2.2.3.1.5. Interesse social e “responsabilidade social das empresas”	292
2.2.3.2. Dever de lealdade dos sócios	294
2.2.3.2.1. Noção, manifestações, fundamento	294
2.2.3.2.2. Dever de lealdade perante a sociedade e entre os sócios	299
2.2.3.2.3. Sanções	301
2.2.3.2.4. Dever do sócio único?	301
2.2.3.2.5. Abuso de minoria	302
2.2.4. Outras obrigações (eventuais)	309
2.2.4.1. Obrigações de prestações acessórias	309
2.2.4.2. Obrigações de prestações suplementares	313
2.2.4.3. Suprimentos	317
2.2.4.3.1. Contrato de suprimento	317
2.2.4.3.2. Obrigação de suprimentos não fundada em contrato autónomo	322
2.2.4.3.3. Suprimentos e contratos reais “quoad constitutionem”	323
2.2.4.3.4. Tutela da sociedade e dos credores sociais externos	324
2.2.4.3.5. Aplicação da disciplina dos suprimentos à generalidade das sociedades	325
3. As participações sociais como objetos de direitos e de circulação	329

3.1. As participações sociais objeto de direitos reais	329
3.2. Transmissão das participações sociais	356
3.2.1. Transmissão de quotas	356
3.2.1.1. Transmissão por morte	356
3.2.1.2. Transmissão entre vivos	343
3.2.1.2.1. Cessão de quotas	343
3.2.1.2.2. Cessão de quotas e direito de preferência	349
3.2.2. Transmissão de ações	356
3.2.2.1. Antes da representação por registos em conta ou por títulos	356
3.2.2.2. Transmissão das ações tituladas e escriturais	359
3.2.2.3. Limitações estatutárias à transmissão de ações	363
3.2.3. Quotas e ações próprias	367
3.2.4. Venda de participações sociais e venda de empresas	378
3.3. Direitos dos credores dos sócios relativamente às participações sociais	384
4. Amortização de participações sociais	385
4.1. Amortização de quotas	386
4.2. Amortização de ações	392
5. Exoneração de sócios	394
6. Exclusão de sócios	404

CAPÍTULO VI – CAPITAL E PATRIMÓNIO SOCIAIS, LUCROS, RESERVAS E PERDAS

1. Capital social (noções)	417
2. Património social (em confronto com o capital social)	419
3. Funções do capital social	420
3.1. Financiamento da sociedade	420
3.2. Ordenação	421
3.3. Avaliação económico-financeira da sociedade	422
3.4. Garantia para credores sociais	423
4. Lucros	427
4.1. Lucro de balanço	427
4.2. Lucro de exercício	427
4.3. Lucro final ou de liquidação	428
4.4. Direito dos sócios a quinhão nos lucros	428
4.4.1. Quadro geral	428
4.4.2. Distribuição de lucros de balanço	433

4.4.3. Distribuição de lucros de exercício	436
4.4.4. Distribuição do lucro final	442
4.4.5. Distribuição de lucros de balanço e de exercício com bens em espécie?	443
4.4.6. Adiantamentos sobre lucros	445
4.4.7. Transmissão de direito aos lucros e transmissão de participações sociais	448
5. Reservas	449
5.1. Noção	449
5.2. Reserva legal e reservas equiparadas	450
5.3. Reservas estatutárias	451
5.4. Reservas livres	452
5.5. Reservas ocultas	452
6. Perdas	453
6.1. Espécies	453
6.2. Obrigação de quinhão nas perdas	453

CAPÍTULO VII – DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS	457
1. Preliminares	457
2. Deliberações ineficazes	459
2.1. Em geral	459
2.2. Ata, condição de eficácia das deliberações ?	462
3. Deliberações nulas	472
3.1. Deliberações nulas por vícios de procedimento	474
3.2. Deliberações nulas por vícios de conteúdo	482
3.2.1. Deliberações contrárias a preceitos legais imperativos	483
3.2.2. Deliberações ofensivas dos bons costumes	487
3.2.3. Deliberações “cujo conteúdo não esteja, por natureza, sujeito a deliberação dos sócios” (o enigma sem chave)	492
3.2.4. “Regime especial” das deliberações de aprovação do relatório de gestão e de documentos de prestação de contas	494
3.3. Ação de declaração de nulidade	498
4. Deliberações anuláveis	503
4.1. Deliberações ilegais	503
4.1.1. Vícios de procedimento	503

4.1.2. Vícios de conteúdo	509
4.2. Deliberações anti-estatutárias	511
4.3. Deliberações abusivas	512
4.4. Ação anulatória	524
5. Suspensão de deliberações dos sócios	532
5.1. Legitimidade ativa	533
5.2. Prazos	534
5.3. Requisitos de procedência	535
5.4. Efeitos da citação	537
5.5. Inversão do contencioso	539
6. Renovação de deliberações dos sócios	540
6.1. Noção e finalidade	540
6.2. Renovação de deliberações nulas	541
6.3. Renovação de deliberações anuláveis	542
6.4. Prazo para renovação concedido pelo tribunal	544

SECÇÃO II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO	545
1. Modos de designação dos administradores	545
2. Vinculação das sociedades	549
2.1. Como atuam vinculativamente as sociedades (generalidades)	549
2.2. Requisitos subjetivos	550
2.2.1. Indicação da qualidade de administrador	550
2.2.2. Órgãos de representação plurais	552
2.2.2.1. Regras legais e derrogações	553
2.2.2.2. Vigorando (supletiva ou estatutariamente) a conjunção, basta um administrador para a sociedade ficar vinculada?	561
2.2.2.3. Exercício da representação conjunta (e da representação disjunta)	564
2.3. Extensão dos poderes de vinculação	566
2.3.1. Limites legais	567
2.3.2. Limitações estatutárias	569
2.3.3. Limitações resultantes de deliberações dos sócios e de outros órgãos	571
2.3.4. Abusos do poder de vinculação	572
2.4. Representação voluntária das sociedades	574
3. Causas extintivas da relação de administração	578

3.1. Caducidade	578
3.2. Renúncia	582
3.3. Acordo revogatório	584
3.4. Destituição	585
3.4.1. A regra da livre destituição	585
3.4.2. Noção de justa causa	589
3.4.3. Indemnização por destituição sem justa causa	594
3.4.4. Cláusula estatutária exigindo justa causa	600
3.4.5. Convenção determinando indemnização em qualquer circunstância	600
3.4.6. Destituição por deliberação e a convocatória	601
3.4.7. Deliberações de destituição abusivas?	603
3.4.8. Destituição judicial	605
3.4.9. Reeleição de administradores destituídos com justa causa	607